

Convocação vai custar

R\$ 9,5 milhões

A convocação do Congresso do dia 18 de dezembro a 14 de fevereiro do ano que vem vai custar R\$ 9,5 milhões. Cada um dos 513 deputados e 81 senadores terá, por conta da convocação, mais dois salários, um no início do período de trabalhos extras e outro no final. Como o parlamentar já recebe o salário normal, de R\$ 8 mil, a mesma quantia de ajuda de custo e a segunda parcela do 13º, de R\$ 4 mil, caberá a cada um R\$ 28 mil brutos neste mês.

O segundo salário extra será pago em fevereiro. Nesse mês os parlamentares voltarão a ter três salários, o que dará R\$ 24 mil brutos: o do mês, a ajuda de custo pela volta aos trabalhos normais e o pagamento da segunda parcela da convocação extra.

Nesta semana os deputados e senadores já começam a preparar as votações previstas para o período de convocação extraordinária. A mensagem de convocação, assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, ainda não chegou ao Congresso Nacional.

O presidente em exercício, Marco Maciel, acertou ontem com o líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES), uma reunião para hoje com todos os líderes dos partidos aliados ao governo. Eles chegarão ao Planalto às 10h30 para definir com Maciel as matérias que serão examinadas pelo Congresso.

O líder do governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), no entanto, disse ontem que a convocação dará continuidade à apreciação das emendas constitucionais que propõem as reformas previdenciária, administrativa e tributária, a prorrogação do Fundo de Estabilização Financeira (FEF) e a volta da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF).

As três primeiras emendas estão sendo apreciadas pelas comissões especiais da Câmara, a do FEF já foi votada pela Câmara e está no Senado e a da CPMF teve caminho inverso: foi aprovada pelo Senado e aguarda votação na Câmara.

A inclusão das matérias em pauta não significa que elas sejam votadas durante o recesso. A proposta que tem mais chances de ser apreciada pelo plenário é a da reforma previdenciária, que pode ser votada ainda esta semana em comissão especial da Câmara. As reformas tributária e administrativa — atualmente sob análise das respectivas comissões especiais — correm o risco de só chegar ao plenário em fevereiro ou março.

Rigotto disse que o relator da emenda constitucional da reforma administrativa, Moreira Franco (PMDB-RJ), prometeu que terminará o trabalho em fevereiro. Passando pela comissão especial, a emenda irá para o plenário da Câmara. O líder acredita também que deverão ser votados na convocação extraordinária do Congresso os projetos de lei que mudam o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e Físicas, o relatório final do Orçamento-Geral da União e as medidas provisórias que tramitam no Congresso.